

USINA DE POLÊMICA

Era só o que faltava

Ibama considera 40 exigências cumpridas e concede licença para Belo Monte, como queria o governo

Chico de Gois, Mônica Tavares e
Catarina Alencastro

BRASÍLIA e RIO

O Ibama considerou cumpridas todas as 40 condicionantes impostas ao consórcio Norte Energia e concedeu ontem a licença de instalação do canteiro da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, acompanhada de outras 23 exigências. A liberação das obras — que começarão após a publicação da decisão no Diário Oficial e a emissão da ordem de serviço para as empreiteiras contratadas — ocorreu quase dez anos depois da retomada do projeto, aventado inicialmente em 1975. O governo, que escalou três ministros para o anúncio, e o Norte Energia garantiram o cumprimento do cronograma, com as primeiras turbinas prontas em 31 de dezembro de 2014 e a venda de energia começando em fevereiro de 2015.

Orçada oficialmente em R\$ 20 bilhões, mas com valor estimado em mais de R\$ 30 bilhões, Belo Monte terá uma potência instalada de 11.233 megawatts (MW) em 2019, quando estará totalmente pronta, tornando-se a usina 100% brasileira de maior capacidade, perdendo apenas para Três Gargantas, na China, e a binacional Itaipu.

— Temos, afinal, a licença para Belo Monte — festejou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, ao lado dos colegas Miriam Belchior, do Planejamento, e Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência. — Queríamos que a licença tivesse sido concedida há mais tempo, o que nos daria uma folga. Mas vamos aproveitar a janela hidrológica (período no qual ocorrem menos chuvas).

— A janela hidrológica na região está garantida, agora é só fazer a obra. Está tudo certinho, a entrega da primeira turbina será em 2015 — disse o presidente do Conselho de Administração do Norte Energia, Válder Cardeal, que confirmou a saída das seis construtoras menores do empreendimento e, em referência à suposta quantidade de interessados em comprar a fatia, disse que “a fila anda, baila funk”.

O presidente do Ibama, Curt Trenepohl, negou que o licenciamento não tenha sido rigoroso:

— Evidentemente que o Ministério Público pode a qualquer momento questionar. Mas temos segurança técnica e jurídica para dizer que esta licença é tecnicamente, juridicamente e, principalmente, ambientalmente sustentada, porque ela retrata exatamente o que é necessário em termos ambientais. Neste momento, todas as 40 condicionantes estão cumpridas — garantiu o presidente do Ibama.

Várias das condicionantes foram cumpridas a partir de uma alteração no projeto, negociada entre o consórcio e o Ibama. Inicialmente, a usina alagaria 1.200 km². Agora, o reservatório terá metade disso: 560 km². O Norte Energia também previa a escavação de dois canais que abasteceriam o reservatório. Mas só um será construído, evitando a remoção de 77 milhões de metros cúbicos de terra. Outra alteração foi feita no barramento, que foi deslocado para não atingir terras indígenas. Com isso, haverá uma perda de 7% na geração elétrica.

Durante a obra, 23 condicionantes serão cobradas. A licença tem validade de seis anos e será suspensa caso alguma exigência não seja cumprida. Perguntado se isso não significava, na prática, uma redução do número de exigências de 40 para 23, o presidente do Ibama negou:

— Não significa que todas as 40 já foram eliminadas. Algumas vão sendo cumpridas ao longo do processo.

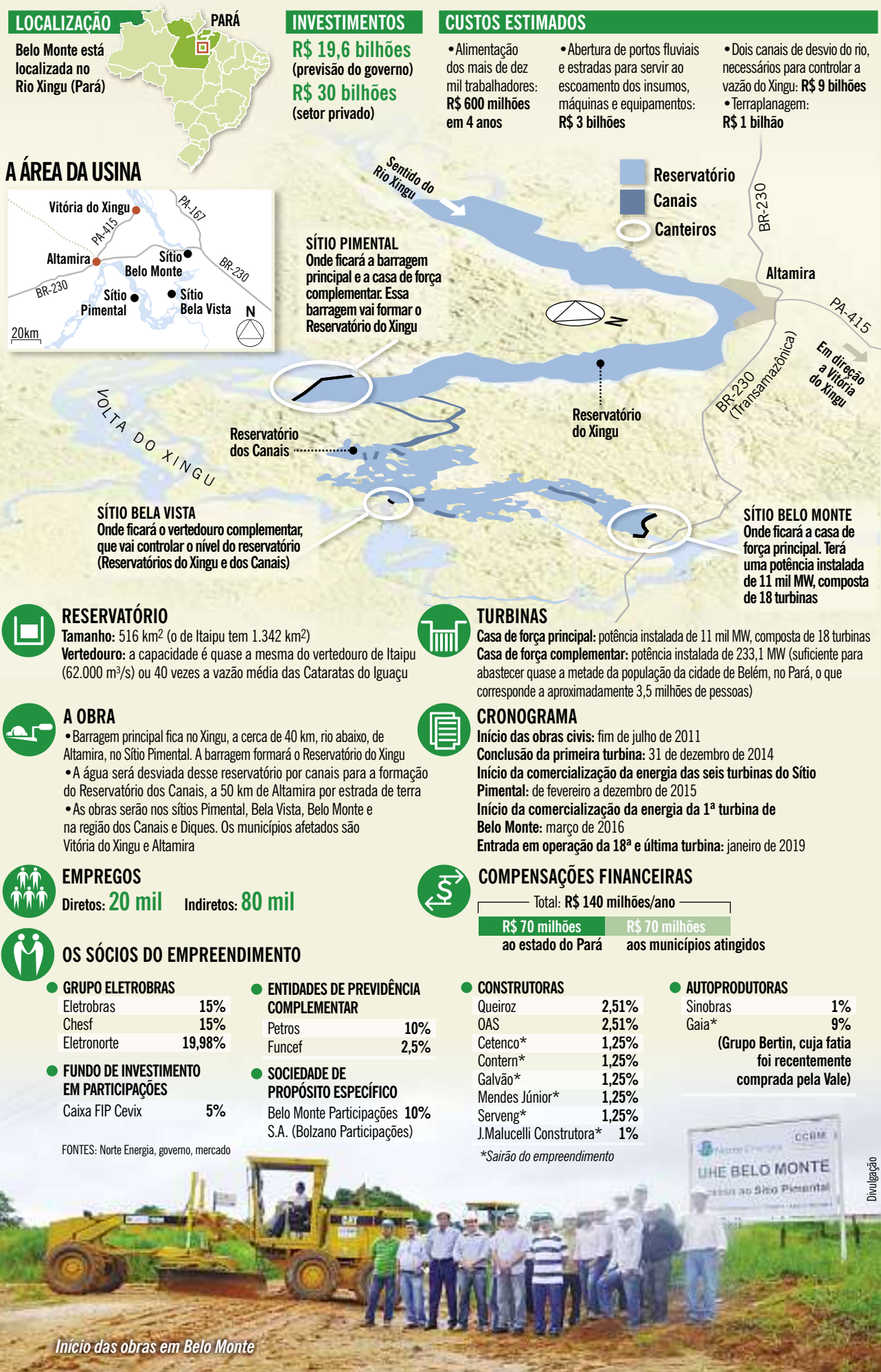
Aproveitando uma chance para falar ao microfone, um representante da ONG Instituto Sócio-Ambiental (ISA), Marcelo Salazar, criticou:

— Estamos diante de um processo vendido. Eu me sinto perplexo ao ouvir que todas as condicionantes foram cumpridas. Quem mora lá sabe que a cidade não tem a menor condição de receber uma obra deste tamanho.

No Rio, Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de Energia do Greenpeace, também abriu fogo:

— Está virando praxe neste go-

GIGANTE NA SELVA



Editoria de Arte

CORPO A CORPO

FELÍCIO PONTES JUNIOR

‘Só nos resta entrar com a 13ª ação’

• Foi com surpresa e indignação que o procurador Felício Pontes Junior, do Ministério Público Federal (MPF) do Pará, recebeu a notícia da concessão da Licença de Instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte. O MPF estuda agora entrar com a 13ª ação civil pública contra o empreendimento.

O GLOBO: Qual foi sua reação ao saber da concessão da licença?

FELÍCIO PONTES JUNIOR: Recebi a notícia com absoluta surpresa e muita indignação, até porque o último documento da Norte Energia, entregue há exatamente uma semana, já indicava a impossibilidade de o consórcio cumprir todas as condicionantes previstas, sobretudo as de infraestrutura.

• O que o Ministério Público Federal do Pará vai fazer?

PONTES: Quando surgiram as primeiras notícias de que o governo estava disposto a liberar a Licença de Instalação a qualquer momento, informamos imediatamente ao Ibama, através de uma recomendação, que a licença não poderia ser dada. Afinal, as condicionantes não estavam sendo cumpridas. Uma vez que a recomendação foi desrespeitada pelo Ibama, só nos resta entrar com a 13ª ação civil pública contra a Hidrelétrica de Belo Monte. É bom lembrar que todo o processo de licenciamento desta usina foi marcado por irregularidades. Tanto assim que já são 12 as ações civis públicas contra o empreendimento. Eu sempre me pergunto: se as ações antecipatórias, impostas pelo próprio Ibama e pela Funai para a liberação da Licença Prévia — e que, na época, eram exigências para concessão da Licença de Instalação — acabaram sendo descumpridas, por que elas foram sugeridas?

• Por que o governo quer liberar Belo Monte a todo custo?

PONTES: Tanta pressa e atropelo só pode ser para evitar que mais pessoas tenham conhecimento da inviabilidade social, ambiental e econômica de Belo Monte. Embora a propaganda oficial do governo afirme que Belo Monte vai ter potência de 11 mil megawatts, o próprio consórcio Norte Energia reconheceu, no seu Plano Básico Ambiental (PBA), que a usina tem estimativa de potência média equivalente a pouco mais de um terço deste total ao ano.

• O consórcio Norte Energia pediu seu afastamento.

PONTES: É uma tentativa de intimidação. O objetivo era reduzir a publicidade do blog BeloMontedeMentiras, que só narrou o processo judicial da licitação da usina. Eles tentaram calar a minha voz, através do blog, mas a Corregedoria do MPF negou o pedido, alegando que era uma prestação de serviço do MPF à sociedade. (Liana Melo)

Ações para minimizar repercussão negativa

Governos lança pacote para desenvolvimento sustentável do Xingu

• BRASÍLIA. O Palácio do Planalto fez uma operação casada para passar a ideia à opinião pública de que Belo Monte só trará benefícios. Além de anunciar a concessão da licença de instalação, o governo lançou ações para promover o desenvolvimento sustentável do Xingu, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

No mês passado, o governo já havia começado a transmitir anúncios em pontos estratégicos, como aeroportos, nos quais falava da importância da obra. Ontem, o roteiro foi seguido à risca também.

Serão implementadas três ações para minimizar a repercussão negativa da obra entre lideranças indígenas e comunitárias: a instalação do comitê gestor do Plano (que será instituído em Altamira a partir de amanhã, com representantes de vários segmentos), a criação da Casa do Governo Federal na região (para viabilizar as ações do plano e articular os órgãos) e uma operação de cidadania,

como o mutirão Arco Verde - Terra Legal, para promover a emissão de documentos, regularização urbana e cadastramento de empreendedores individuais.

— Já tivemos iniciativas semelhantes, mas incipientes, no Madeira e no Suape. Belo Monte é nosso (projeto) piloto mais cuidadoso em relação a isso — afirmou a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, lembrando que dos cerca de R\$ 20 bilhões do custo da obra, R\$ 3,2 bilhões serão utilizados para ações de compensação e mitigação já previstas no lançamento.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, apressou-se em dizer que as obras não afetarão os cerca de 1.600 índios que vivem na região:

— Nenhuma reserva indígena será alagada por Belo Monte. Nenhum índio terá de sair de suas áreas. Não há o que se falar sobre prejuízos às comunidades indígenas. (Chico de Gois)

verno aprovar projetos mesmo sem as condicionantes serem cumpridas. Se eram para ser desrespeitadas, por que foram impostas?

Já especialistas do setor elétrico consideraram positiva a concessão da licença. Segundo eles, a energia da hidrelétrica será barata e limpa, e a área que ficará alagada, muito pequena. A usina é considerada estratégica

para o aumento da oferta de eletricidade no país. Para o diretor da Coppe/UFRJ, Luiz Pinguelli Rosa, o importante é que os responsáveis cumpram todas as exigências socioambientais feitas pelo Ibama:

— Espero que o Ibama tenha sido bastante rigoroso, e que o grupo empresarial responsável pela construção se comprometa a cumprir todas as

exigências. O potencial hidrelétrico do Brasil é muito grande e a energia ainda é barata, não pode ser abandonada, desde que respeitadas as questões socioambientais.

O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) do Instituto de Economia da UFRJ, Nivalde de Castro, destacou que o Brasil, além de ter grande experiência na construção de

hidrelétricas, vem desenvolvendo projetos com redução dos impactos ambientais e um custo de energia que está entre os mais baratos do mundo. ■

COLABORARAM: Liana Melo e Ramona Ordoñez

• ‘GOVERNO: CAOS DE JIRAU NÃO SERÁ VISTO’, na página 22